

LETÍCIA ALBUQUERQUE  
Mestra em Direito CPGD/UFSC, área de concentração em Relações  
Internacionais.

## **POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES**

Uma Análise da Convenção de Estocolmo

Juruá Editora

Curitiba  
2006

**34:504**  
**A345p**



A345

Albuquerque, Letícia.

Poluentes orgânicos persistentes./ Letícia Albuquerque./ Curitiba: Juruá, 2006. 198p.

1. Poluentes orgânicos. 2. Poluição. Título.

CDD 577.278(22.ed) CDU 504.05

**34:504**  
**A345p**



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	19
-------------------	----

<b>CAPÍTULO I - FUNDAMENTOS DA PROTEÇÃO INTERNACIONAL DO MEIO AMBIENTE EM MATÉRIA DE SEGURANÇA QUÍMICA</b>	25
--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

1.1 A SOCIEDADE DE RISCO: CONHECIMENTO, INFORMAÇÃO E GESTÃO DAS SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS	26
1.1.1 A "teoria do risco": que risco é este?	31
1.1.2 As "novas" desigualdades internacionais	33
1.1.3 A <i>quimicalização</i> da sociedade moderna	36
1.2 O CONTEXTO INTERNACIONAL DA SEGURANÇA QUÍMICA: OS DIVERSOS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS	41
1.2.1 A Conferência Internacional de Meio Ambiente e Desenvolvimento	45
1.2.2 O Foro Internacional de Segurança Química	49
1.2.3 A Convenção de Roterdã sobre procedimentos para informação de consentimento fundamentado prévio para certos produtos químicos e pesticidas perigosos objeto de comércio internacional	50
1.2.4 A Convenção da Basiléia sobre movimentos transfronteiriços de resíduos perigosos e sua disposição final	51
1.2.5 A Convenção de Londres sobre prevenção da poluição marinha por alijamento de resíduos e outros materiais	52
1.2.6 O comércio "acima de tudo"	54

<b>CAPÍTULO II - A CONVENÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE POLUENTES ORGÂNICOS PERSISTENTES – POPs</b>	57
-----------------------------------------------------------------------------------------------------	----

2.1 AS NEGOCIAÇÕES INICIAIS	58
2.2 A DÚZIA SUJA	59
2.2.1 Aldrin	62
2.2.2 Clordano	62
2.2.3 Mirex	63
2.2.4 Dieldrin	63
2.2.5 DDT	65
2.2.6 Dioxinas	66
2.2.7 Furanos	71
2.2.8 PCBs	71

**34:504  
A345p**



2.2.9 Endiin	75
2.2.10 Heptacloro	76
2.2.11 HCB	77
2.2.12 Toxafeno	78
2.3 OS OBJETIVOS DA CONVENÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE POPS E OS SEUS MECANISMOS DE AÇÃO	79
2.3.1 O princípio de precaução e a segurança química	82
2.3.2 As isenções específicas	89
2.3.3 Os planos de aplicação	92

### **CAPÍTULO III - A IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO DE ESTOCOLMO SOBRE POPs NO BRASIL**

3.1 A TUTELA AMBIENTAL	95
3.1.1 A tutela ambiental: irresponsabilidade organizada?	96
3.2 A POSIÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO À SEGURANÇA QUÍMICA: O ACASO E O DESCASO	98
3.2.1 A irresistível ascensão da indústria química	100
3.2.2 A divisão dos riscos químicos: Norte versus Sul	101
3.3 A POLÍTICA DE SEGURANÇA QUÍMICA BRASILEIRA	105
3.3.1 A distribuição das ações em relação à política de segurança química	108
3.3.2 Os desencontros das políticas públicas de segurança química	109
3.3.3 A omissão é uma política pública?	110
3.3.4 As disposições da Convenção de Estocolmo sobre Pops foram incorporadas como uma política pública do Estado brasileiro?	113

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

### **REFERÊNCIAS**

### **GLOSSÁRIO**

### **ANEXO I - CONFERENCIA DE PLENIPOTENCIÁRIOS PARA EL CONVENIO DE ESTOCOLMO SOBRE CONTAMINANTES ORGÁNICOS PERSISTENTES**

### **ANEXO II - DECRETO LEGISLATIVO 204, DE 07.05.2004**

### **ÍNDICE ALFABÉTICO**

**34:504  
A345p**

